



INVESTIGAÇÃO

Bolsonaristas tentam se recompôr após operações

E articulam medidas para tentarem evitar prejuízos à imagem, como os causados pelas incursões da PF contra Jordy e Ramagem

» ALINE BRITO
» EVANDRO ÉBOLI

Os bolsonaristas foram duplamente atingidos em menos de uma semana. Duas operações da Polícia Federal (PF) contra dois deputados do PL do Rio de Janeiro balançaram as estruturas do partido do ex-presidente da República e deixaram irritado e atônito o presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, que chegou a bater boca com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de quem cobrou explicações e atitudes.

Num intervalo de seis dias, agentes da PF estiveram em dois gabinetes no Anexo IV da Câmara: no sétimo andar, de Carlos Jordy, e no quarto andar, de Alexandre Ramagem. Os policiais compareceram também às residências dos parlamentares, onde fizeram busca e apreensão de documentos e de aparelhos, como celulares e notebooks.

Para Jair Bolsonaro e seus cor-religionários, essas operações são investidas com propósito de atingir a extrema direita, e fragilizar o partido e seus candidatos a prefeito, em outubro. Jordy e Ramagem são dois postulantes a esses cargos, em Niterói e no Rio, respectivamente.

Na sua bancada de 99 deputados, o PL lista 14 prováveis candidatas às prefeituras. Alguns nomes preocupam o partido e esse assunto foi discutido em uma reunião, na última quarta-feira, na liderança do PL na Câmara. São os parlamentares que tiveram problemas com o Supremo Tribunal Federal (STF) e que foram ou são alvos de inquéritos e também da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Entre esses estão André Fernandes (CE), cotado para concorrer em Fortaleza; Gustavo Gayer (GO), que pode disputar em Goiânia; Abílio Brunini (MT), que anunciou ser pré-candidato

em Cuiabá; e Junio Amaral (MG), em Contagem.

Nesse encontro, 25 parlamentares discutiram e articularam que medidas pretendem adotar, ou tentar, para impedir o que estão chamando de “perseguição contra a direita”. E apontam o ministro Alexandre de Moraes, do STF, e a PF como os perpetradores dessa “sangria”, outro termo que utilizam, contra os aliados de Bolsonaro.

Foro privilegiado

Das ações a serem adotadas no início do período legislativo, estão a pressão para pautar e votar a emenda constitucional do fim do foro privilegiado, aprovada no Senado e que está parada na Câmara desde 2017. A proposta acabaria com o direito a esse foro, em caso de crimes comuns, para cerca de 55 mil autoridades, entre deputados, senadores, ministros, governadores, juízes dos tribunais superiores, desembargadores e uma série de outras carreiras.

Se vier a ser aprovada, parlamentares beneficiados pela prerrogativa, serão julgados na primeira instância da Justiça. Essa nunca foi uma pauta do bolsonarismo e, na campanha eleitoral de 2022, o ex-presidente disse ser contra. Com os anos e os processos no STF que atingiam a família, os Bolsonaro defenderam o fim do foro. Depois do 8 de janeiro de 2023, com deputados da direita acusados de atentado contra o Estado Democrático de Direito e de estimularem um golpe de Estado, a bancada, agora, vai encampar essa bandeira.

“Vamos trabalhar para isso, sim”, disse Jordy ao **Correio**, após fazer um discurso no Salão Verde, na quarta-feira, criticando a operação da PF que o atingiu. Ele disse que o interesse é “dizimar a direita”.

Outra iniciativa da oposição é tentar fazer andar no Congresso uma PEC que obrigue que todas

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Jordy foi alvo de uma operação que o relaciona à articulação dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Mas, para ele, trata-se de perseguição política



São ações que visam apenas intimidar e amedrontar os detentores de mandatos eletivos, e macula a imagem de um membro do Legislativo, como o deputado federal Carlos Jordy”

Deputado Rodrigo Valadares, autor de uma PEC que protege os congressistas de operações da PF

ações judiciais contra deputados e senadores só sigam adiante após serem submetidas — e aprovadas — pelas mesas diretores das duas casas. Ou seja, processo contra congressistas, somente com autorização de seus pares. A proposta é do deputado

bolsonarista Rodrigo Valadares (União Brasil-SE).

O parlamentar a apresentou no dia da busca e apreensão contra Jordy, 18 de janeiro. Para fazer o texto tramitar, ele precisa colher o apoio de 171 deputados. Até agora, conseguiu 55, menos

de um terço do necessário. E justifica a emenda:

“São ações, como a de hoje da PF, que visam apenas intimidar e amedrontar os detentores de mandatos eletivos, o que leva ao constrangimento público e macula a imagem de um membro do Poder Legislativo, como, por exemplo, no caso acontecido recentemente com o deputado federal Carlos Jordy. Uma medida que aconteceu durante o recesso parlamentar do Legislativo, época onde a resposta do colegiado tende a ser mais demorada, o que se agrava e transmite-se a ideia de intimidação e coação”, explicou.

Um dos líderes dessa reunião, o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), segundo vice-presidente da Câmara, também prestou apoio a Ramagem e a Jordy,

e acusou a esquerda política de conluio com o STF para prejudicar a oposição.

“Perseguição contra todos os conservadores de direita, que defendemos o Brasil verde e amarelo”, disse.

O deputado Luciano Zucco (PL-RS), outro que participou da reunião, criticou a ação da PF e endossa a ideia de que parlamentares de seu espectro político estão sendo perseguidos. Também presente, Carla Zambelli (PL-SP) diz que trata-se de armação política. “Não é estranho que, em uma semana, sejam realizadas operações contra dois fortes pré-candidatos a prefeituras no estado do Rio de Janeiro: Carlos Jordy, por Niterói, e Ramagem, pela cidade do Rio?”, desconfia.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Vale reabre debate sobre privatizações

Durante a última semana o nome do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega voltou à ribalta, como suposto indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para presidir a Vale, a grande empresa brasileira que atua nos setores de mineração, logística, energia e siderurgia. Foi criada como estatal em 1942, por Getúlio Vargas, para exploração de ferro em Itabira (MG), com o nome de Companhia Vale do Rio Doce, um alicerce da industrialização pesada no Brasil, principalmente da siderurgia. O caso reabre o debate sobre as privatizações. Hoje, a Vale S.A. é a 31ª maior companhia do mundo.

Na sexta-feira, depois de muitas especulações, a perda de 10% no valor das ações na Bovespa e muitas críticas dos analistas de mercado, o ministro das Minas e Energia, Alexandre da Silveira — que nos bastidores teria pressionado os conselheiros a aceitar a indicação —, anunciou: “O presidente Lula nunca se disporia a fazer uma interferência direta em uma empresa de capital aberto, listada em bolsa. Uma corporation [empresa que não tem um controlador] que tem a sua governança e a sua natureza jurídica que deve ser preservada”. O mandato de Eduardo Bartolomeu, atual CEO da

empresa, termina em maio e o conselho de administração da Vale precisa decidir até quarta-feira se o mantém ou não.

Para os economistas Dag Detter e Stefan Fölster — autores do livro *A Riqueza Pública das Nações, como a gestão de ativos públicos pode impulsionar ou prejudicar o crescimento econômico* (Editora Cultrix, São Paulo, 2016) —, a Vale é uma das bem-sucedidas privatizações do mundo. Detter presidiu a Stattum, a holding do governo sueco que realizou a reforma patrimonial daquele país. Neto do famoso economista social-democrata Gunnar Myrdal, Fölster é professor associado de economia do Royal Institute of Technology e diretor executivo do Reform Institute, uma think-tank de Estocolmo. Foi economista-chefe da Confederação das Empresas Suecas.

Junto com a Embraer, a Vale é um “case” da reforma patrimonial do Estado brasileiro. Em 2010, realizou uma grande aquisição no segmento de fertilizantes por meio da sua subsidiária Mineração Naque S.A. A companhia ainda adquiriu 100% do capital da Bunge Participações e Investimentos S.A. (BPI) e uma planta em Cubatão. Na área de mineração, a Vale se destaca como a maior

produtora de ferro do mundo. Ela ainda produz níquel, carvão, cobre, manganês e ferroligas.

Entretanto, em 2015 a empresa perdeu 23% de seu valor em ações, com o rompimento de uma barragem em Mariana (MG), controlada pela Samarco, joint-venture com a anglo-australiana BHP Billiton (na semana passada, a Justiça federal condenou as mineradoras Samarco, Vale e BHP a pagar R\$ 47,6 bilhões como indenização pelo rompimento dessa barragem). Em 2019, o caso se repetiu, com o rompimento de uma barragem da própria empresa na cidade de Brumadinho (MG). Nesse episódio, a empresa perdeu R\$ 72 bilhões de valor de mercado. O desgaste de imagem junto à opinião pública é intangível e quase irreparável.

Ativos públicos

No quinto aniversário da tragédia de Brumadinho, na quinta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deixou barato: “É necessário o amparo às famílias das vítimas, recuperação ambiental e, principalmente, fiscalização e prevenção em projetos de mineração, para não termos novas tragédias como

Brumadinho e Mariana”. A crítica esquentou as especulações sobre Mantega. O rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão deixou 270 mortos e três pessoas desaparecidas. Em fevereiro de 2021, a empresa assinou um acordo de reparação de R\$ 37,7 bilhões com o governo de Minas Gerais.

No livro que escreveram, Detter e Fölster defendem a tese de que muitos países sofrem com a falta de investimentos em infraestrutura porque gerenciam mal os ativos públicos. Segundo eles, a democracia tem mais chances de atuar em prol do interesse comunitário quando os governantes se preocupam mais com os consumidores e entregam esses ativos à administração profissional de fundos, que podem lançar mão do que existe de melhor na gestão corporativa. Esse foi o formato da privatização da Vale.

Os dois economistas analisaram dezenas de privatizações pelo mundo, dos Estados Unidos à China. Destaca-se o Deutsche Bundespost. De 1947 a 1995, era maior empresa da Alemanha, com 543 mil funcionários. Controlava serviços de correio e telégrafo, um banco postal, uma companhia aérea, uma agência de viagem e uma rede de hotéis. Em 1995, foi transformada em três sociedades

anônimas, com capital pulverizado entre o Estado, funcionários e investidores privados: o Deutsche Post, o Deutsche Telekom e a Deutsche Postbank.

O primeiro investiu em serviços e aquisições no exterior: comprou a DHL, a Global Mail (EUA), a Dantas (Suíça), a Exel (Reino Unido), parte da Lufthansa Cargo e terminais de carga em Leipzig/Halle (Alemanha), Xangai (China) e Cincinnati (EUA). Atua em 220 países, com 480 mil empregados.

Controlada pela gigante alemã, a DHL é a maior empresa de logística do mundo, com sede em Bonn. Seu nome é um acrônimo dos três norte-americanos que a fundaram em 1969: Adrian Dalsey, Larry Hillblom e Robert Lynn. Oferece serviços de correio expresso, transporte terrestre, fretes aéreo e marítimo, logística contratual. Tem 6.550 instalações, 450 hubs, terminais e armazéns, 420 aviões e 76,2 mil veículos. Anualmente, faz 1,5 bilhão de entregas para 120 mil destinos.

No Brasil, por meio do site na internet, oferece empregos diretos e contrata serviços. Seus carros de entrega são o furgão elétrico BYD T3, que já são vistos em Brasília com quase tanta frequência quanto os do Correio, esse nosso “case” de ativo público mal-administrado.